

Questão ambiental, currículo e didática da geografia na formação para a cidadania¹

- Cuestion ambiental, currículum y didáctica de la Geografía en la formación para la ciudadanía
- Environmental issues, curriculum and Geography Didactics of citizenship education

Silvia Aparecida de Sousa Fernandes²

Andréa Coelho Lastória³

Sérgio Claudino Loureiro Nunes⁴

Resumo: Os estudos sobre a didática da Geografia apontam que o desenvolvimento de projetos de estudo na educação básica contribui significativamente para a aprendizagem dos estudantes. Por meio do “Projeto Nós Propomos”, projeto de ensino e pesquisa iniciado em Lisboa em 2011 e com alcance internacional desde 2015, realizam-se atividades de ensino, de investigação do meio e reflexão teórica que possibilitam aos estudantes da educação básica colocarem-se como protagonistas em sua comunidade, refletindo sobre os problemas locais e idealizando/realizando intervenções como resultado dos projetos de investigação. Este artigo, como proposto em seu título, pretende discutir a relação entre currículo e didática da Geografia por meio da análise

1 Uma versão deste artigo, com resultados parciais dos projetos, foi apresentada no Colóquio da Rede de Pesquisadores em Didática da Geografia (REDLADGEO), realizado em Pirenópolis-GO, em 2018.

2 Doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e professora da Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, campus de Marília. sas.fernandes@unesp.br

3 Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, Brasil. Professora da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCRL), Universidade de São Paulo (USP). lastoria@ffclrp.usp.br

4 Doutorado em Geografia. Professor de Didática da Geografia da Universidade de Lisboa. sergio@campus.ul.pt

do “Projeto Nós Propomos” realizado no ano de 2017 e do projeto de extensão “Observatório do Meio Ambiente”, no período 2016-2017, que promoveu atividades de ensino em uma escola pública estadual no município de Marília. O projeto, iniciado em 2016, reúne docentes da universidade, professores da educação básica e estudantes da graduação em Ciências Sociais para discutir e propor atividades pedagógicas voltadas aos estudantes, que possibilitem a discussão sobre problemas ambientais da localidade e proposição de alternativas para equacionar os problemas identificados.

Palavras-chave: Formação para cidadania. Extensão universitária. Questão ambiental. Currículo de Geografia. Educação básica.

Resumen: Los estudios sobre la didáctica de la Geografía apuntan que el desarrollo de proyectos de investigación en la educación primaria y secundaria contribuye significativamente al aprendizaje de los estudiantes. A través del “Proyecto Nosotros Proponemos”, proyecto de enseñanza y investigación empezado en Lisboa en 2011 y con alcance internacional desde 2015, se llevan a cabo la enseñanza, la investigación del medio ambiente y reflexión teórica que permiten a los los estudiantes de la educación primaria y secundaria se colocan protagonistas en su comunidad, reflexionando sobre los problemas locales e idealizando/realizando intervenciones como resultado de los proyectos de investigación. En este artículo, como propone su título, pretende discutir la relación entre currículum y didáctica de la Geografía por medio del análisis del “Proyecto Nosotros Proponemos”, realizado en 2017 y del proyecto de extensión universitaria “Observatório del Medio Ambiente”, en el período 2016-2017, que promovió actividades de enseñanza en una escuela pública estatal en la ciudad de Marília. El proyecto, iniciado en 2016, reúne profesores de la universidad, profesores de enseñanza primaria y secundaria y estudiantes de grado en Ciencias Sociales, para discutir y proponer actividades pedagógicas a los estudiantes que posibiliten la discusión sobre los problemas ambientales locales y la proposición de alternativas para abordar los problemas investigados.

Palabras clave: Formación para la ciudadanía. Extensión universitaria. Questão ambiental. Currículum de Geografía. Educación Básica.

Abstract: Studies on the didactics of Geography show that the development of study projects in basic education contributes significantly to student learning. Through the “We Proposed Project”, a teaching and research project initiated in Lisbon in 2011 and with an international reach since 2015, tea-

ching, research and theoretical reflection activities are carried out, which enable students of basic education as protagonists in their community, reflecting on local problems and idealizing / implementing interventions as a result of research projects. This article, as proposed in its title, intends to discuss the relationship between curriculum and didactics of Geography through the analysis of the “We Proposed Project” held in 2017 and the extension project “Observatory of the Environment”, in the period 2016- 2017, which promoted teaching activities in a state public school in the municipality of Marília. The project, which began in 2016, brings together university professors, teachers of basic education and undergraduate students in Social Sciences to discuss and propose pedagogical activities aimed at students that allow discussion of environmental problems of the locality and proposition of alternatives to solve the problems investigated

Keywords: Citizenship. University extension. Environmental issue. Geography curriculum. Basic education.

Introdução

A proposta deste artigo é apresentar os resultados do “Projeto Nós Propomos! Educação geográfica e formação cidadã”⁵, realizado em conjunto com outros dois projetos de extensão: “Currículo de Geografia e práticas ambientais: a educação geográfica” e o observatório do meio ambiente”, desenvolvido no âmbito dos Núcleos de ensino da Unesp e “Meio Ambiente sob o olhar da mídia: a questão ambiental em Marília e região”.

O projeto “Meio ambiente sob o olhar da mídia teve” por objetivo acompanhar os veículos de comunicação da imprensa escrita local e regional (jornais, revistas, páginas de divulgação de organizações não governamentais) para identificar reportagens e notícias que abordem a questão ambiental em Marília e região e organizar um “Observatório do Meio Ambiente” e produzir página da internet⁶. Nela estão disponíveis os resumos das reportagens publicadas para servir aos professores da educação básica como banco de dados disponível para consulta e que possibilite a elaboração de materiais di-

5 Projeto desenvolvido em 2016 e 2017 no âmbito dos projetos de extensão, reconhecido e financiado pela Pró-reitoria de Extensão (PROEX) e pela Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) da Universidade Estadual Paulista / Unesp, realizado no município de Marília-SP, em parceria com o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) da Universidade de Lisboa.

6 O projeto e os dados resultantes do acompanhamento das mídias estão disponíveis em: <<http://www.marilia.unesp.br/#!/pesquisa/grupos-de-pesquisa/cpea/observatorio-do-meio-ambiente/quem-somos/mensal/>>. Acesso em: 20 set. 2018.

dáticos. Complementando esse projeto, o projeto “Nós Propomos!”, voltou-se à análise do currículo de Geografia e proposição de atividades de ensino aos estudantes da educação básica em uma escola pública estadual do município de Marília. Os dados coletados pelo Observatório do Meio Ambiente serviram de mote para iniciar as investigações sobre os problemas ambientais locais nas atividades didáticas realizadas na escola. Um dos pressupostos dos três projetos, articulados, é a discussão sobre o currículo e a didática da Geografia na educação básica e a possibilidade de realizar pesquisa colaborativa que tenha por foco: a) a reflexão sobre o currículo prescrito; b) os conteúdos das provas de avaliação da educação básica; e c) o ensino crítico, por meio de práticas inovadoras que se articulam ao currículo oficial, mas que vão além dele, pois contribui para aprofundar temas, problemas e investigações de base local.

Importante destacar que, para cada projeto, contamos com um bolsista, estudante da graduação do curso de Ciências Sociais e voluntários do mesmo curso. Em 2017, o projeto reuniu 3 docentes das universidades, um docente de geografia na Educação Básica e cinco estudantes da graduação em Ciências Sociais.

O objetivo do Nós Propomos! pretendia responder a uma situação concreta, em que era obrigatório mobilizar e fazer um referido estudo de caso, preferencialmente sobre os problemas locais. Não é totalmente obrigatório, mas todo o discurso é fazer um trabalho prático, preferencialmente sobre aspectos comunitários. Eu tento juntar o objetivo do ordenamento do território, porque eu estou no Instituto de Geografia e Ordenamento do território, com o desafio da educação geográfica. (NUNES, 2016, p. 138)

Por sua vez, as reportagens e notícias identificadas nos jornais e sites consultados e apresentados na página do projeto de extensão possibilitaram a organização de gráficos e tabelas em que são apresentados os temas mais recorrentes, os meios de comunicação que abordaram a questão ambiental. A apresentação desses materiais foi tomada como atividade inicial com os estudantes da educação básica, mais especificamente, 80 alunos do 8º ano da Escola Estadual Oracina Correa de Moraes Rodini, integrante do projeto.

Articular as propostas e objetivos dos projetos exigiu entre os participantes das três universidades diálogos profícuos e constantes, realizados nas reuniões do grupo de pesquisa Estudos da Localidade (ELO) e do grupo de estudos “currículo de Geografia na educação básica”, vinculado ao grupo de pesquisa Centro de Pesquisas e Estudos Agrários e Ambientais (CPEA).

O currículo de Geografia na educação básica no estado de São Paulo está organizado a partir de conceitos estruturantes que se desdobram em situações de aprendizagem, apresentadas no “Currículo oficial da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo” e no “Caderno do Aluno”. Inicialmente

apresentada como proposta curricular em 2008, foi instituída como currículo oficial da rede estadual de ensino em 2010. Tanto o “Caderno do Aluno” quanto o “currículo oficial” integram o Programa São Paulo Faz Escola, que possui ações previstas para realização em 10 anos.

Esse currículo prescrito tem dificultado a realização de projetos nas escolas públicas, pois não há apoio da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. As iniciativas para realização dos mesmos sempre partem de professores das escolas públicas que valorizam a autonomia docente e o processo de formação contínua de estudantes e professores.

A despeito dessas dificuldades, o interesse de docentes que prezam por essa autonomia na definição das atividades curriculares na escola tem possibilitado a realização dos projetos apresentados pelas universidades, entre eles os projetos aqui apresentados.

Currículo de Geografia e formação para a cidadania

Para discutir o currículo de Geografia a partir da questão ambiental em Marília, realiza-se o acompanhamento das reportagens e artigos de opinião publicados nos jornais Cidade de Marília, Jornal da Cidade de Bauru, Diário de Marília, JCNET e Folha de São Paulo. Esse levantamento iniciou-se em março de 2016 e se realiza em processo contínuo. Para sistematizar, divulgar o levantamento realizado e possibilitar que sejam utilizadas como fonte de pesquisa e recurso didático, foi organizado um site intitulado “observatório do meio ambiente em Marília”, em que são divulgados os resumos das reportagens, além do título e o endereço na web em que estão disponíveis⁷. As reportagens foram organizadas mensalmente e a descrição das mesmas possibilitou a organização de quadros, gráficos e tabelas, utilizados nas atividades a desenvolver na escola de educação básica em 2017⁸.

Em oficinas realizadas em escolas da rede estadual de ensino, a divulgação do espaço virtual e a discussão da problemática ambiental possibilitaram abordar a educação geográfica em uma perspectiva crítica, oferecendo formação e conhecimento aos jovens estudantes.

Participaram das atividades no segundo semestre de 2017 estudantes do 8º ano do ensino fundamental da Escola Estadual Oracina Correa de Mora-

7 Para consultar o site do projeto que divulga as reportagens, acesse: <<http://www.marilia.unesp.br/#!/pesquisa/grupos-de-pesquisa/cpea/observatorio-do-meio-ambiente/>>.

8 Estudantes do curso de Ciências Sociais da FFC/Unesp, participantes do projeto: Suelen Aparecida Santana do Amaral, Jordana Machado Marques, Vitor Arraes Gomes e Iara Milreu Lavratti, que integraram os projetos de extensão e do núcleo de ensino. Agradecemos, imensamente, a participação das estudantes voluntárias: Agnes Rocha, Aline S. Antunes, Marcela S. Sousa, Rafael Alves.

es Rodine, de Marília-SP. A escola participante oferece Ensino Fundamental e Médio, está localizada em um bairro da região oeste da cidade e possui cerca de 800 estudantes. A direção e coordenação da escola, colaborativamente, receberam os professores e estudantes envolvidos com o projeto e possibilitaram a realização de reuniões com os professores em reuniões de ATPC. Após esta fase definiu-se quais seriam as turmas e que integrariam o projeto e o professor de Geografia, efetivo na escola, prof. Gabriel Grazzini, aceitou prontamente realizar as ações do projeto.

Desse modo, entendemos que as atividades do Projeto Nós Propomos! se realizam por meio de pesquisa colaborativa, pois trata-se de pesquisa que envolve professores da universidade, professores da escola pública, estudantes de graduação com o intuito de planejar, discutir e realizar práticas pedagógicas em escola pública e promover o aprendizado da educação geográfica e de temas curriculares mais amplos da educação básica, notadamente os temas vinculados às questões ambientais e aprendizagem sobre a localidade. Pauta-se, portanto, em autores como Lopes (2010), Ludke & André (1996) que discutem a especificidade da metodologia da pesquisa na educação e das pesquisas em educação geográfica.

Elegeram-se o 8º ano do Ensino Fundamental, quarto bimestre, para realização das atividades didáticas, pois a temática ambiental está prevista para ser realizada nesse momento no currículo do estado de São Paulo para a área de Geografia. As práticas realizadas no projeto foram desenvolvidas em caráter complementar às atividades curriculares regulares. Esse esclarecimento é importante tendo em vista a preocupação dos docentes participantes em propiciar uma formação complementar aos estudantes, sem, contudo, deixar de realizar o currículo prescrito exigido pela SEE.

As atividades didáticas foram realizadas durante os meses de outubro, novembro e primeira semana de dezembro. Inicialmente, apresentamos o projeto aos estudantes nas duas turmas de 8º ano envolvidas. No ensino fundamental, a disciplina Geografia tem carga horária de três horas-aula semanais o que possibilitou a realização das ações do projeto em 24 aulas em cada turma.

Em classe as aulas anteriores ao trabalho de campo foram utilizadas para apresentação do projeto, apresentação dos resultados obtidos com a investigação em jornais e revistas sobre o tema questão ambiental, apresentação da formação geológica e relevo de Marília, localização industrial e expansão urbana, organização dos grupos e definição dos temas de interesse de investigação.

O planejamento do trabalho de campo foi atribuído aos docentes e estudantes da graduação. Foi elaborado um roteiro que permitisse aos estudantes observar e registrar ao longo do trajeto os dados de interesse de cada grupo, além dos aspectos apresentados no Quadro 1, que destaca os locais de visita.

Quadro 1 – Roteiro do trabalho de campo

PONTOS A SEREM VISITADOS E OBSERVADOS

1. Jardim Pérola e Parque Bandeirantes

- a) Observação da praça
- b) Características da ocupação urbana
- c) Vale do Córrego Pombinhas
- d) Pavimentação das ruas
- e) Atividades comerciais e industriais no bairro e bairros vizinhos
- f) Resíduos sólidos e efluentes líquidos

2. Centro

- a) Fachada das lojas e edifícios
- b) Mobilidade urbana e trânsito
- c) Pavimentação das ruas
- d) Edifícios históricos

3. Represa Cascata

- a) Características da represa
- b) Avenida de acesso
- c) Captação da água
- d) Resíduos sólidos e efluentes líquidos

4. Vale do Córrego Barbosa – Zona Sul e Vale do Córrego Barbosa – UNESP

- a) Características da ocupação urbana
- b) Preservação da área do Itambé e área de recuperação ambiental na Unesp
- c) Espécies vegetais
- d) Resíduos sólidos e efluentes líquidos – Estação de tratamento de esgotos da Unesp

Fonte: FERNANDES, 2017. (Org.)

O trabalho de campo, realizado no dia 20 de novembro de 2017, contou com a participação de todos os professores e estudantes envolvidos no projeto. Ao todo, foram visitados quatro locais na cidade que permitissem abordar os temas: poluição urbana; sistema de captação, distribuição e tratamento de água e esgotos; expansão urbana e atividade industrial; preservação da vegetação e ocupação da Área de Proteção Permanente denominada de “Parque dos Itambés”.

O Artigo 46 do Plano Diretor do Município de Marília, Lei Complementar nº 480, de 09 de outubro de 2006, atualizada pela Lei Complementar nº 709, de 21 de outubro de 2014, traz a definição da Zona Especial de Interesse Ambiental Parque dos Itambés:

Art. 46. A Zona Especial de Interesse Ambiental - ZEIA, denominada Parque dos Itambés, é caracterizada como Área de Proteção

Permanente, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 4771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), ficando definida como a área caracterizada pela ocupação de mata atlântica e presença de escarpas que definem a linha de ruptura topográfica, separando planalto e planície, destinadas à proteção e recuperação da paisagem e do meio ambiente.

Embora considerada Área de Proteção Permanente, as escarpas são, muitas vezes, margeadas por áreas de favelização, como por exemplo, nas áreas próximas à Escola Estadual em que se realizou o projeto, no bairro Bandeirantes, zona oeste da cidade e os rios nos vales subjacentes estão poluídos, devido aos efluentes líquidos e resíduos sólidos trazidos pelas enxurradas que se formam durante e após as chuvas.

Cabe ressaltar que o município de Marília não possui estação de tratamento de esgotos (ETE) e os efluentes são despejados no Rio do Peixe, córrego do Pombinho (próximo à escola) e Rio Tibiriçá sem nenhum tratamento. O Rio do Peixe, embora não tenha sido um dos pontos visitados no trabalho de campo, é um dos mananciais de abastecimento urbano em Marília. Esta situação irregular, de desastre ambiental local, é de conhecimento das autoridades municipais, Cetesb e DAAE. Porém, não há nenhuma proposta de instalação de ETE no município. Outro aspecto a ser destacado é a ocupação dos vales e escarpas por áreas de favelização e propriedades agrícolas uma vez que o limite de expansão urbana é limítrofe às escarpas.

Direitos humanos e meio ambiente

A política ambiental ainda não é considerada uma política social, por isso a dificuldade em produzir políticas públicas e a emergência e intensificação dos problemas socioambientais. Essa temática ganha relevância na segunda metade do século XX, mas são poucas as ações efetivas de divulgação e problematização da questão ambiental e geração de políticas públicas.

No Brasil, a legislação específica sobre a questão ambiental ganha relevo nos anos 1980 e ações específicas por meio da Política Nacional de Meio Ambiente, Lei nº 6938/1981. Os municípios que deveriam facilitar o processo participativo na gestão ambiental não o fazem e muitas vezes não criam mecanismos de participação social e divulgação das informações sobre a problemática ambiental.

A visão tradicional das relações entre a sociedade e o meio ambiente desenvolvidas até o século XIX, já no processo de produção capitalista, tem a concepção de uma natureza fonte ilimitada de recursos, uma natureza transformada em objeto, a ser apropriado pelo Homem. Com a globalização, a ampliação da possibilidade de obtenção de lucro pelas empresas tem levado, cada vez mais, ao crescimento da problemática ambiental e o debate sobre

os limites da exploração dos recursos naturais. Muitas crises, que enfrentamos na atualidade, como a crise energética e a crise de abastecimento de água, ambas, têm uma relação direta com o modo de produção capitalista neoliberal.

Durante os anos 1960 e 1970 houve uma grande mobilização social e dos governos locais no sentido de mudar essa concepção de que meio ambiente está à disposição e mostrar que a preservação da natureza está organicamente ligada à conservação da humanidade e que esse modo de produção se revela, cada vez mais, insustentável. Esse debate sobre o “novo movimento ambientalista” foi ampliado com a realização das Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, em 1972, 1992 e as conferências temáticas realizadas após a Conferência de 1992, conhecida por Rio 92. (BERNARDES; FERREIRA, 2007). Desse período para cá muitas temáticas globais têm ganhado destaque na imprensa nacional e mundial e se tornado objeto da ação de políticas públicas, como por exemplo: o aquecimento global, redução das áreas florestadas, contaminação de mananciais e poluição dos mares e oceanos.

Além das Conferências, Organização das Nações Unidas (ONU) criou uma agência para Meio Ambiente e reconhece o direito humano a um ambiente saudável e sustentável. Um dos debates recentes dessa agência é o direito humano à saúde o que implica reconhecer a responsabilidade dos governos dos Estados Nacionais em assegurar a população condições de salubridade em moradia, abastecimento de água e saneamento básico.

Para abordar as temáticas locais, seja em relação à questão ambiental, expansão urbana ou questão agrária, por exemplo, há poucos materiais que permitam o uso didático nas escolas públicas. O professor da educação básica é incentivado a desenvolver temas curriculares com base no local, mas sem que tenha disponível materiais didáticos para isso. (CALLAI; CAVALCANTI; CASTELLAR, 2007)

A universidade pública tem o papel de produzir conhecimento e o acesso ao conhecimento traz com ele responsabilidades na divulgação do conhecimento socialmente produzido. Um dos papéis da universidade pública, a nosso ver, é dar visibilidade e oferecer informações que possibilitem a divulgação de pesquisas que ajudem no desenvolvimento da cidadania.

A comunidade acadêmica de Marília tem a possibilidade de produzir essa reflexão, numa perspectiva interdisciplinar, tendo em vista a contribuição dos cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais. Valorizando a ação social e a divulgação científica e de notícias veiculadas pela imprensa local e regional, realizando trabalho de campo como estratégia didática para identificar problemas ambientais locais, acredita-se que os projetos de extensão e pesquisa têm contribuído para a divulgação de informações com responsabilidade e rigor acadêmico, cumprindo desse modo, um dos papéis da universidade pública.

Em oficinas realizadas em escolas da rede estadual de ensino, a divulgação do espaço virtual e a discussão da problemática ambiental possibilitaram a formação aos jovens estudantes em relação às temáticas urbanas e direito à cidade sustentável.

O trabalho de campo, por sua vez, possibilitou despertar o olhar do jovem estudante para problemas locais, do bairro em que está inserida a escola e da cidade como um todo. O retorno à sala de aula, para discussão dos resultados do trabalho de campo e propor ações de intervenção no espaço urbano foi significativa. Podemos afirmar que o trabalho de campo contribuiu significativamente para o desenvolvimento do projeto e para a reflexão sobre as temáticas propostas pelos próprios estudantes da educação básica. Conforme apontam Fernandes, Monteagudo e Souto Gonzáles (2016) o trabalho de campo como recurso didático tem características específicas e se diferencia da investigação de campo como método de investigação, pois possibilita reunir teoria e prática, refletir sobre o que é observado, sistematizar o conhecimento e formular conceitos. Esse percurso de aprendizado foi percebido no retorno do trabalho de campo, nas aulas de sistematização dos resultados do projeto e nas avaliações feitas pelos participantes, sejam os estudantes da educação básica ou do ensino superior.

As aulas posteriores ao campo possibilitaram a reflexão sobre os temas e locais visitados. Os estudantes, organizados em grupos quatro ou cinco alunos, analisaram o roteiro de campo e fizeram a leitura de textos complementares sobre a cidade e analisaram o Plano Diretor do município. A proposta inicial era que os resultados das pesquisas fossem apresentados em seminário temático, porém, isso não ocorreu, devido às atividades de encerramento do ano letivo. Essa ação ocorreu no início do atual ano letivo, 2018, no mês de maio, quando a escola realizou atividades relativas à preservação ambiental na semana do meio ambiente.

As observações de campo realizadas em sala durante as atividades pedagógicas, bem como a análise das propostas de intervenção elaboradas pelos estudantes para cada problema ambiental identificado, nos permitem afirmar que o projeto, em sua primeira edição em 2017, contribuiu significativamente para a formação dos estudantes envolvidos, por meio da reflexão sobre a questão ambiental na perspectiva crítica e o olhar para a cidade como possibilidade de exercício da cidadania. Ao atender para aspectos do local de vivência cotidiana dos estudantes e lugares da cidade nunca antes visitados por eles, possibilitou-se a reflexão sobre a produção do espaço urbano e como exercer a cidadania por meio de intervenções urbanas e propostas de revitalização ambiental e social de locais degradados.

Considerações finais

O Projeto Nós Propomos apresenta-se como possibilidade de realização de um trabalho didático pedagógico pautado em uma proposta metodológica reflexiva, crítica e que colabora com a formação cidadã de jovens escolares da educação básica. A experiência de realização do projeto em escola pública estadual na cidade de Marília foi realizada em parceria com a escola estadual, a Unesp e a Universidade de Lisboa.

A discussão sobre a questão ambiental na perspectiva crítica foi realizada por meio da problematização das reportagens e análise dos resultados do trabalho de campo, realizado na cidade. As propostas dos estudantes para as áreas de risco implicavam na recuperação ambiental de áreas degradadas, saneamento básico e implementação do Plano Diretor, com a implantação do "Parque dos Itambés". Percebe-se, portanto, que os estudantes reconhecem em suas propostas a importância da ação do poder público municipal na produção do espaço urbano.

Um dos obstáculos à realização do projeto nessa primeira experiência analisada neste artigo foi a interrupção das atividades devido à finalização do ano letivo. Consideramos que a apresentação dos resultados do projeto, ou seja, as propostas de intervenção elaboradas pelos estudantes para cada problema ambiental identificado, apresentadas no ano letivo posterior ao desenvolvimento das primeiras atividades do projeto foi um grande problema, pois com essa decisão, as propostas não foram apresentadas ao poder público e contribuíram para desestimular os estudantes na última semana de realização das atividades na escola.

No segundo ano de realização das atividades, em 2018, buscou-se a relação entre currículo e cidadania por meio da análise do tema relação cidade-campo e produção agroecológica, a comercialização de produtos orgânicos em feiras de produtores e circuitos curtos de produção e consumo. Entende-se que, desse modo, será possível um aprofundamento da reflexão sobre a questão ambiental no município, ampliando a análise para a região de Marília. Espera-se que a educação geográfica abordada de maneira crítica conduza os estudantes à apropriação da dimensão de cidadão, conhecendo a localidade em que vivem e se apropriem dos conceitos geográficos de produção do espaço urbano, da cidade e da cidadania.

Referências

BERNARDES, J. A.; FERREIRA, F. P. M. Sociedade e natureza. In: GUERRA, S. B. C.; GUERRA, A. J. T. A. (Orgs.) *Questão Ambiental: diferentes abordagens*. 3. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 17-42.

CALLAI, H. C.; CAVALCANTI, de S.L.; CASTELLAR, S. M. V. Lugar e cultura urbana: um estudo comparativo de saberes docentes no Brasil. *Revista Terra Livre*, São Paulo, ano 23, v.1, n. 28, p. 91-108, jan./jun. 2007.

FERNANDES, S. A. S.; MONTEAGUDO, D. G.; SOUTO GONZALES, X. M. Educación Geográfica y las salidas de campo como estrategia didáctica: um estudo comparativo desde El Geofoto Iberoamericano. *Biblio 3W* (Barcelona), v. XXI, p. 1-22, 2016. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1155.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2018.

LASTÓRIA, A. C.; CASTELLAR, S.; FERNANDES, S. A. S. de. A Geografia, o ensino e a formação docente sob três contextos de pesquisa. In: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 15º, 2010, Belo Horizonte, MG. *Anais...* Belo Horizonte, MG: UFMG, 2010. p. 1-35.

LOPES, C. S. *O professor de Geografia e os saberes profissionais: o processo formativo e o desenvolvimento da profissionalidade*. São Paulo: 2010. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Tese de doutorado. 258 p.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

NUNES, S. C. L. Entrevista Prof. Sérgio Claudino. Giramundo, *Revista de Geografia do Colégio Pedro II*, v. 3, n. 5, p. 131-140, jan./jun. 2016.

RODRIGUES, A. M. *Na procura do lugar, o encontro da identidade: um estudo da ocupação de terras em Osasco*. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: 2009. Departamento de Geografia. Tese de doutorado. 314 p.